

MARCO FÉLIX JOBIM



AS FUNÇÕES DA EFICIÊNCIA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

LUIZ GUILHERME MARINONI

SÉRGIO CRUZ ARENHART

DANIEL MITIDIERO

Coordenadores

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Editorial: Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Luciana Felix, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

Analistas Editoriais: André Furtado de Oliveira e Karolina de Albuquerque Araújo

Assistente Editorial: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Produção Editorial
Coordenação
IVÊ A. M. LOUREIRO GOMES

Líder Técnica de Qualidade Editorial: Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama e Thais Rodrigues Sampaio

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo e Maria Cecília Andreo

Estagiários: Angélica Andrade, Beatriz Brandão Belo Bicker, Miriam da Costa Leite, Nicolas Eugênio Almeida Bueno e Sthefany Moreira Barros

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação da capa: Brenno Stolagji Teixeira

Controle de qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação
MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

Administrativo e Produção Gráfica
Coordenação
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jobim, Marco Félix
As funções da eficiência no processo civil brasileiro / Marco Félix Jobim.
-- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2018.

Bibliografia
ISBN 978-85-549-4741-5

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

18-14170

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Direito processual 347.9(81)
2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	9
INTRODUÇÃO.....	17
1. A EFICIÊNCIA COMO PRINCÍPIO E REGRA.....	23
1.1. O princípio da eficiência e sua previsão na Constituição da República Federativa do Brasil	26
1.2. O conceito do princípio da eficiência no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.....	29
1.3. A vinculação do Poder Judiciário ao princípio da eficiência constitucional ...	42
1.4. A eficiência como diretriz na Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999	49
2. A EFICIÊNCIA NO NOVO MODELO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	55
2.1. A divisão do Código de Processo Civil de 2015 e a posição estratégica da eficiência nas normas fundamentais do processo, inserida em sua Parte Geral	56
2.2. Ainda sobre a divisão do Código de Processo Civil de 2015: Parte Especial, Livro I	60
2.3. Ainda sobre a divisão do Código de Processo Civil de 2015: Parte Especial, Livro II	65
2.4. Ainda sobre a divisão do Código de Processo Civil de 2015: Parte Especial, Livro III	67
2.5. Ainda sobre a divisão do Código de Processo Civil de 2015: Parte Especial, Livro Complementar	68
2.6. A importância das normas fundamentais do processo como vetores hermenêuticos da lei	71
2.7. Normas fundamentais e normas constitucionais processuais: identidade conceitual?	75
2.8. As razões da nomenclatura de normas fundamentais no CPC/2015 e o reencontro do processo com as disciplinas mais teóricas do direito.....	83
2.9. Há nas normas fundamentais do processo espaço para princípios, regras, postulados e valores?	92

14 | AS FUNÇÕES DA EFICIÊNCIA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

2.9.1.	As regras.....	95
2.9.2.	Os princípios.....	97
2.9.3.	Os postulados normativos, metanormas ou metacritérios.....	99
2.9.4.	E os valores?	100
2.10.	As normas fundamentais no Capítulo I do Código de Processo Civil brasileiro....	102
2.11.	Há normas fundamentais fora do catálogo do Capítulo I do CPC/2015?	106
2.12.	Desvelando o artigo 8º do CPC/2015	109
2.13.	Conceito de eficiência no Código de Processo Civil brasileiro.....	113
3.	ALGUMAS REFLEXÕES RELACIONADAS À CONEXÃO ENTRE AS EFICIÊNCIAS GERENCIAL, ENDOPROCESSUAL E HERMENÊUTICA.....	119
3.1.	Eficiência e gestão do Poder Judiciário.....	120
3.2.	Eficiência e gestão do processo judicial: quantitativa e qualitativa.....	125
3.2.1.	Eficiência quantitativa vs. eficiência qualitativa	126
3.3.	O diálogo entre a Constituição Federal, a Lei de Processo Administrativo e o Código de Processo Civil brasileiro: por uma melhor compreensão da eficiência.....	128
3.4.	<i>Case management</i> como técnica a serviço da eficiência	131
4.	A APLICAÇÃO DA EFICIÊNCIA EM SUAS TRÊS ACEPÇÕES.....	139
4.1.	A eficiência do artigo 8º do CPC/2015 pela ótica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.....	140
4.1.1.	Atos inúteis e eficiência: Acórdão 70072278500	141
4.1.2.	O não cabimento de agravo interno em toda e qualquer decisão do relator do recurso: Acórdão 70071790869	143
4.1.3.	Princípio da individualização dos documentos no processo eletrônico: Acórdão 70073375727	145
4.1.4.	Desconsideração do julgamento per saltum no Acórdão 70075004200... ..	146
4.2.	Algumas técnicas do Código de Processo Civil ligadas à eficiência	148
4.2.1.	Sistema recursal dotado com repercussão geral e repetitividade recursal... ..	157
4.2.2.	Sistema de vinculação às decisões judiciais: súmulas, jurisprudência e precedentes judiciais	162
4.2.3.	Por uma unidade do direito com as técnicas do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e do incidente de assunção de competência (IAC).....	166
4.2.4.	Fundamentação analítica ou racional (art. 489, § 1º, I, II, III, IV, V e V, do CPC/2015).....	169

4.2.5. Fortalecimento dos meios adequados/alternativos (ADR) à solução de conflitos ou justiça multipartas	173
4.2.6. Convenções processuais (art. 190) e calendarização processual (art. 191)	176
4.2.7. Cooperação jurídica internacional e nacional.....	181
4.2.8. O sistema de invalidades processuais	184
4.2.9. As tutelas provisórias: urgência e evidência	187
4.2.10. A ordem cronológica dos processos.....	189
4.2.11. A aposta em um novo modelo comportamental	191
4.3. Exemplos polêmicos para pensar o que é, o que não é, o que queremos e o que não queremos da eficiência	193
4.3.1. O caso do reembolso de R\$ 8,10.....	196
4.3.2. O caso do esbulho em Pernambuco referido por Leonardo Carneiro da Cunha	199
4.3.3. O caso do “joinha” na manifestação do advogado.....	201
4.3.4. A redução da petição inicial por decisão judicial.....	203
4.3.5. O CPC/2015 e o equívoco exemplo da eficiência nas ações possessórias com multiplicidade de réus	205
4.4. Rumo a uma garantia fundamental de eficiência processual?	207
4.5. Em direção ao pragmatismo processual?	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS.....	219